

DENISE CRISTINA MANSUR

**AS REPRESENTAÇÕES REGIONAIS DAS SECRETARIAS DE ESTADO DO
PARANÁ, E UMA SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS, NACIONAIS E
REGIONAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS**

**Monografia apresentada como requisito à
conclusão do Curso de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Econômico, do
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da
Universidade Federal do Paraná – UFPR.**

Orientador: Prof. Dr. Fábio Doria Scatolin

**CURITIBA
2007**

SUMÁRIO

RESUMO	v
LISTA DE SIGLAS	vi
LISTA DE QUADROS	vii
1 INTRODUÇÃO	1
2 REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 REGIONALIZAÇÃO	7
2.2 TEORIAS DO CRESCIMENTO REGIONAL	10
2.3 A CONCEPÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL	13
2.3.1 Políticas Regionais no Mundo	15
2.3.2 Política Regional no Brasil	30
3 O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO NO PARANÁ	33
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DE ESTADO	33
3.1.1 Divisão em Zonas Fisiográficas do IBGE	34
3.1.2 Divisão e Zoneamento do Estado do Paraná	35
3.1.3 Divisão em Regiões de Planejamento	35
3.1.4 Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas	37
3.1.5 Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Polarizados	37
3.1.6 Esboço Preliminar da Divisão do Estado do Paraná em Espaços Polarizados	38
3.1.7 Divisão em Regionalização do Paraná	38
3.1.8 Divisão em Microrregiões-Programa – SUDESUL, SERFHAU – 1970	39
3.1.9 Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas	39
3.1.10 Divisão em Regiões de Influência das Cidades	40
3.1.11 Outras Divisões	40
3.2 PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DE ESTADO	42
3.2.1 Projeto de Regionalização Administrativa	42
3.2.2 Regionalização Administrativa de 1976	43

3.2.3 Projeto de Regionalização Administrativa do estado do Paraná - 1985	43
3.2.4 Definições e Critérios para Determinação das Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões – 1991	44
3.2.5 Regiões de Planejamento para Elaboração do Plano Plurianual do Paraná	45
4 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48

RESUMO

O presente estudo, objetivando identificar as diferentes formas de representação regionalizada das Secretarias de Estado do Paraná, apresenta o processo histórico de regionalização do Estado que influenciou as políticas do Poder Executivo, em relação ao tema. Evidencia o período de 1930 a 1980, com foco no planejamento centralizado e, ao longo de 1980, a mudança no modelo de desenvolvimento, afetando a questão regional, com o Estado gerindo seus próprios recursos. Aborda os conceitos-chave e as teorias que subsidiaram as políticas espaciais, em específico a Teoria dos Pólos de Crescimento, Teoria da Localização, Teoria Espacial, Teoria do Lugar Central e a Tese da Concentração Poligonal. Sintetiza as principais experiências mundiais em políticas regionais, enfocadas pela literatura pertinente ao assunto, bem como, um panorama do desenvolvimento regional do Brasil, para poder situar a regionalização do Estado. Enfoca a regionalização propriamente dita, cujo propósito residia em prover subsídios ao estabelecimento das políticas de desenvolvimento e a hierarquização das ações do governo, reafirmando o papel do Estado na organização do seu espaço geográfico, de racionalização da sua exploração, bem como, do planejamento econômico e social na política governamental.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional, divisão regional, pólos de crescimento, regionalização do Estado.

LISTA DE SIGLAS

- BADEP - Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná
- CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná
- COPLAN - Comissão de Planejamento de Edificações
- FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- IPEA Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados
- PLADEP - Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado
- PRI - Planos Regionais Industriais Leste, Norte e Oeste do Paraná
- PROEI - Projeto Técnico Econômico dos Eixos Industriais do Paraná
- RGPs - Regiões de Gestão e Planejamento
- SAGMACS - Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas nos Complexos Sociais
- SERFAU - Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
- SEPL - Secretaria do Planejamento
- SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul
- SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS, DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006	16
---	-----------

1 INTRODUÇÃO

O processo de mudança evidenciado a partir do final do século XX, envolvendo o desenvolvimento, principalmente no que concerne ao descobrimento e aplicação de novas tecnologias, as polarizações econômicas, a urbanização acelerada, o redimensionamento dos espaços, obrigam a repensar o problema do Estado e a sua relação com a sociedade e a governabilidade. Estas mudanças são determinantes para a definição de novas formas de gestão, descentralizando as decisões públicas e promovendo o acesso à informação.

Com os municípios sendo palco de problemas estruturais que exigem interferências nas áreas de políticas sociais, infra-estrutura, programas de emprego para que possam inferir no desenvolvimento econômico como um todo, devem envolver

“estratégias locais de dinamização das atividades econômicas, pois os municípios situam-se na linha de frente dos problemas, mas no último degrau das decisões públicas. O deslocamento generalizado dos problemas para a esfera local, enquanto as estruturas político administrativas continuam centralizadas, dificulta qualquer modernização da gestão local” (DOWBOR, 1994, p.74)

O crescimento diferenciado, fortemente influenciado pela localização de oportunidades econômicas, tem provocado uma distribuição espacial da população centrada na urbanização e na concentração em aglomerações e eixos dinâmicos.

O Estado, no período entre 1930 a 1980, tinha um papel determinante em relação aos recursos da economia, com o planejamento centralizado, viabilizando políticas econômicas para o atingimento das metas estabelecidas. Já, ao longo dos anos 80, o modelo de desenvolvimento foi alterado, afetando a questão regional. Esta teve que gerir seus próprios caminhos, pensando questões estratégicas para o seu desenvolvimento, como explicita PERIS. (2002, p.21)

As mudanças anteriormente citadas, desencadearam um processo de regionalização do Estado, foco deste projeto que, para uma melhor compreensão e visualização da proposta de trabalho, encontra-se dividido em enfoques.

O primeiro caracteriza as experiências mundiais em políticas regionais, destacadas pela literatura no assunto, passando por um panorama da situação

evidenciada no Brasil, para chegar à abordagem da política regional estadual. Em seguida, a essa apresentação preliminar, há o enfoque sobre a regionalização propriamente dita, com o registro dos antecedentes do processo de regionalização das Secretarias de Estado, ou seja, dos estudos que de alguma forma contribuíram ou influenciaram o processo propriamente dito, como o estudo sobre as Zonas Fisiográficas, realizado em 1946 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tinha o propósito de atender interesses censitários, o Zoneamento do Estado – PLADep, em 1960, vinculado à área agrícola, a divisão por Regiões de Planejamento – SAGMACS, em 1963, centrado nas cidades pólos, que foi o primeiro Plano de Desenvolvimento do Estado, a divisão pelas Microrregiões Homogêneas do IBGE, que tinha o propósito de substituir as Zonas Fisiográficas e contribuir para o processo de planejamento. A divisão em Espaços Polarizados, também do IBGE e centrada na Teoria dos Pólos, seguido pelo processo de divisão em espaços homogêneos e polarizados do IPEA e pela Regionalização do Paraná da COPLAN, para a política de investimentos em obras; Microrregiões–Programa, baseada na Teoria da Localização Espacial, com a finalidade de atender a programas de investimentos da SUDESUL/ SERFAU/MI, Regiões Funcionais Urbanas do IBGE, baseadas na Teoria dos Espaços Polarizados e as regiões de Influência das Cidades, centrada na teoria das Localidades Centrais, encerra a abordagem, apresentando-se como uma revisão do Estudo da Divisão em Regiões Funcionais.

Finaliza com a apresentação do processo de regionalização das Secretarias de Estado, que não tem a pretensão de ser exaustivo, uma vez que esta monografia é requisito de avaliação final do Curso de Especialização em Desenvolvimento Econômico, e pré-requisito para efetivação do Curso de Mestrado, onde o assunto pretende ser aprofundado na dissertação.

Pelo enfoque de cada uma das divisões anteriormente aludidas, verifica-se a pluralidade de assuntos, cabendo investigar até onde, as regionalizações propostas para as Secretarias de Estado sofreram influência destes estudos?

As Regiões de Planejamento para a elaboração do Plano Plurianual e Orçamento do Paraná, da Secretaria de Planejamento, originadas no Governo Jaime Lerner, compreendiam o período de 1996/1999 e foram seguidas pelas Regiões de Gestão e Planejamento – RGPs, na atual administração Roberto Requião, fazendo

parte do Plano de Governo 2003 – 2006, que determina a regionalização de suas ações governamentais.

Se a Constituição do Estado do Paraná diz, no Capítulo III, art. 21, (PARANÁ, 1989, p.14), que “o Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional,” acrescida da existência de um projeto que orienta e fornece as diretrizes para essa regionalização, como o evidenciado pela Lei 8485/87, que define a representação regional básica como sendo **comum** a todas as Secretarias, numa tentativa de superação das divergências entre a regionalização definida pelo Poder Executivo Estadual e as “regiões de trabalho” das instituições da Administração Pública, qual a razão das Secretarias de Estado do Paraná de continuarem com iniciativas próprias de divisão regional, ao mesmo tempo, tão divergentes entre si?

O processo acentuado de transformações que caracterizou a economia paranaense a partir dos anos 70 com a instalação e conseqüente diversificação do parque industrial e a consolidação de sua base produtiva fez com que o Estado enquanto gestor de políticas públicas assumisse um novo papel, gerando múltiplas alternativas em matéria de regulação estatal e planejamento regional e local.

Os avanços gerenciais ocorridos no mundo, evidenciaram a “busca de alternativas inovadoras no terreno institucional, com mudanças importantes na estrutura e organização do Estado e sua relação com a sociedade,” (BUARQUE, 1996, p.58) inferindo no processo de descentralização político-administrativa. Esse fato colaborou para o crescimento das administrações estaduais, municipais e locais. Assim,

“sob a ótica do desenvolvimento regional, tinha-se em mente que a divisão do espaço físico em regiões é sempre um instrumento e nunca um fim em si mesma. Não apenas sob o ângulo da utilização de métodos e critérios, mas a própria divisão deve ser encarada como um instrumento de desenvolvimento na medida em que seja a expressão de uma política espacial.” (MUNIZ FILHO, 1996, p.170)

Se partirmos da análise econômica e dos seus reflexos sobre a política, outro fator a observar reside em verificar se o contexto econômico e o momento político refletem o tipo de regionalização adotado, ou se as iniciativas podem ser consideradas de natureza aleatória.

As divisões regionais evidenciadas no Estado do Paraná, em sua maioria, tiveram o propósito de prover subsídios ao estabelecimento das políticas de desenvolvimento, favorecendo assim a hierarquização das ações do governo, quer na escala regional, quer na municipal. Estas iniciativas reafirmam o papel do Estado na organização do seu espaço geográfico, de racionalização da sua exploração, suscitando o papel do planejamento econômico e social na política governamental.

Nesse sentido, o registro da primeira iniciativa de “Regionalização do Paraná” data de 1946, com o estudo sobre as Zonas Fisiográficas, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o propósito de atender os interesses censitários dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Foi seguida de outras iniciativas: em 1960, pelas regiões de Planejamento; em 1963, pela divisão em microrregiões homogêneas, do IBGE; pela divisão em espaços polarizados, do IBGE; pela divisão em espaços homogêneos e polarizados, e pela regionalização do Paraná, todas em 1967; pelas microrregiões, em 1970; pelas regiões funcionais urbanas, do IBGE, em 1972; e pelas regiões de Influência das cidades, em 1980. Estes estudos proveram subsídios, uns aos outros, e continuam subsidiando outras tentativas de divisão regional, inclusive o processo de regionalização das Secretarias de Estado.

Desde 1946 até os dias atuais, tem-se o registro de 14 (catorze) tentativas de organização do espaço geográfico, sendo 10 (dez) delas de caráter mais generalizado, acima nominadas, com inspirações teóricas diferentes, e 04 (quatro) dirigidas à divisão regional do Poder Executivo, em particular, às Secretarias de Estado do Paraná, foco deste estudo e que representam as ações de quatro Governos Estaduais.

Todas as iniciativas apresentam especificidades e, ao mesmo tempo, critérios distintos entre si, tornando-se relevante este estudo, cujo propósito consiste em identificar e analisar as diferentes formas registradas de representação regionalizada das Secretarias de Estado do Paraná, a partir da Lei 6636/74, que estabelece a “Regionalização Administrativa do Estado”, identificando as diferenças

e semelhanças entre elas, bem como, contextualizando-as no momento político e econômico do Estado.

Objetivando identificar e analisar as diferentes formas de representação regionalizada das Secretarias de Estado do Paraná, registradas pela literatura, estabelecendo as diferenças e semelhanças entre elas, bem como, apresentar as experiências mundiais e nacionais em desenvolvimento regional; o presente estudo destina-se a desenvolver uma pesquisa de investigação histórica, documental e bibliográfica, combinando a revisão e a análise da literatura pertinente ao assunto.

A metodologia procura aliar o método indutivo ao histórico e comparativo, estudando as variáveis regionalização; contexto mundial, nacional e regional, estruturando o estudo em cinco capítulos.

A Introdução vem seguida do capítulo dois que visa apresentar os antecedentes teóricos do contexto da regionalização do Estado, apontados pela revisão da literatura, evidenciando conceitos-chave da regionalização, com ênfase nas teorias dos Pólos de Crescimento, do Lugar Central, Espacial e da Localização.

A política regional no mundo, bem como, no Brasil e no Estado é apresentada no capítulo três, que sintetiza as experiências registradas na literatura sobre o assunto.

No capítulo quatro, discorre-se sobre o processo de regionalização do Estado do Paraná, com um histórico apresentando as divisões registradas e recuperadas pela literatura, considerando-se dez trabalhos técnicos já desenvolvidos para o Estado, como sendo os mais relevantes e os precursores dos estudos ligados às Secretarias. No mesmo capítulo discorre-se sobre o Processo de Regionalização das Secretarias de Estado, provendo o histórico dos projetos, bem como, estabelecendo as diferenças e semelhanças entre os mesmos. Ainda neste capítulo, apresenta-se o aporte legal norteador da referida regionalização, comentando as particularidades da Lei 6636/74, que estabelece a modernização administrativa do Estado; e da Lei 8485/87, que dispõe sobre a reorganização da estrutura básica do poder executivo no sistema de administração pública do Estado do Paraná.

O capítulo cinco conclui o estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

“Nos anos 50 e 60, o debate sobre o desenvolvimento regional e urbano recebeu a influência direta de todas as correntes principais das chamadas “teorias do desenvolvimento econômico”, ocorrendo uma transposição do debate nacional e internacional para a escala regional.” (BRANDÃO, 2004, p.63)

A desagregação da variável espaço passa a ser considerada mais incisivamente, já que a caracterização da economia deixa de ser feita somente com base nos indicadores de determinados setores, e sim, com o conhecimento do tipo, da intensidade e da natureza das ligações intersetoriais, uma vez que as regiões não são fechadas e com setores estanques.

As teorias e a evolução do pensamento econômico passaram a considerar a variável espaço nos estudos sobre o desenvolvimento e na análise do potencial das regiões, a partir dos trabalhos de Marshall, em 1938. A incorporação dessa variável originou a concepção de “espaço econômico polarizado” passando a ter papel importante ao considerarmos o espaço como o local onde os fatores de produção, ou seja, os recursos naturais como capital e trabalho, são distribuídos, utilizando-se da economia para estudar e compreender a exploração desse espaço na geração de riquezas.

Como o espaço “tem toda uma implicação na determinação da otimização da produção, na determinação de preços de equilíbrio, na dispersão das pessoas e recursos, nas possibilidades de exploração da natureza e na forma de produzir o desenvolvimento em diferentes locais” (LIMA, 2003, p. 8) interfere no crescimento econômico, bem como em diferentes tipos de regionalização.

Assim sendo, as bases para a condução da análise e contextualização dos modelos de divisão regional, historicamente adotados pelas Secretarias de Estado do Paraná, e que derivam dos estudos precedentes sobre a divisão do Estado, partem, conforme observado, do enfoque da Teoria dos Pólos de Crescimento de Perroux, da Teoria de Crescimento Regional, da Teoria Espacial e da Teoria do Lugar Central, bem como, do entendimento de conceitos-chave que envolvem a regionalização, e que são aprofundados a seguir.

2.1 REGIONALIZAÇÃO: PRINCIPAIS CONCEITOS

O processo de regionalização pode ser entendido como aquele que promove um fracionamento do território em unidades zonais. A descentralização territorial consiste na criação de um sujeito jurídico, de uma pessoa jurídica de direito público, com os atributos descentralizados (personalidade própria, orçamento próprio e normas de funcionamento próprias) que exerce suas funções e competências em um âmbito territorial definido (região, província, estado, comuna, etc.) apenas com controle de tutela. Tal figura jurídica pode ser o território ou o organismo (o governo regional).

Na perspectiva de um instrumento de ação política, o conceito de região atribui ao Estado um papel de racionalização, organizando ou desorganizando os espaços regionais conforme os princípios do capital, do poder e da sociedade.

Para que se possa compreender as teorias que deram embasamento aos estudos de regionalização do Estado, considera-se necessário iniciar pelo entendimento dos conceitos que estão presentes na literatura sobre o assunto, bem como implícitos nas próprias teorias, como:

- Espaço que Perroux, de acordo com o conceito econômico, entende como o conteúdo de um plano, um campo de forças e um conjunto homogêneo, de onde derivam os três tipos de regiões econômicas: a região plano, a região polarizada e a região homogênea. (ANDRADE, 1987, p.45)

- Região plano que consiste num espaço submetido a uma decisão, resultante do arbítrio humano e, segundo Boudeville, é um instrumento colocado nas mãos de uma autoridade localizada ou não na região, para atingir um fim econômico determinado. (ANDRADE, 1987, p.46). Apresenta como principal característica, os territórios ou regiões que a compõem estarem ligadas às mesmas decisões. As “atividades de planejamento e gestão de recursos têm como delimitador o espaço geográfico e a forma como esse interage com o meio em que está inserido” (LIMA, 2003, p. 9)

- Região polarizada é o espaço heterogêneo, com características de desenvolvimento diferentes entre si, com uma relação de pendência, onde os centros ou cidades têm papéis específicos, correspondendo a um campo de forças ou relações funcionais. LIMA (2003, p. 8-9) define como sendo “o lugar onde há intercâmbio de bens e serviços”. Resulta da observação, da interdependência existente entre várias áreas, muitas vezes pertinentes a regiões homogêneas diversas devido à influência comercial das aglomerações urbanas. (ANDRADE, 1987, p. 45)
- Região homogênea que corresponde ao espaço contínuo e único onde cada uma das partes que o constituem apresenta características que a aproximam uma das outras (ANDRADE, 1987, p 45), ou seja,.
- Organização Regional exprime a vida regional sob o ponto de vista do aproveitamento da organização. O homem organiza o espaço de acordo com suas necessidades imediatas e com os instrumentos técnicos e estruturais de que dispõe, diversificando-se no tempo e no espaço, de acordo com o desenvolvimento. (ANDRADE, 1987, p.43)
- Estudos Regionais são os estudos que apontam, em uma região, os pontos que comandam o crescimento econômico ou o desenvolvimento, as cidades ou áreas economicamente mais dinâmicas. (ANDRADE, 1987, p.57) Podem vir a consistir-se em diagnósticos das potencialidades, bem como, dos estrangulamentos do desenvolvimento, servindo como ponto de partida para uma intervenção pública. A colaboração dos agentes é imprescindível nesse processo.
- Potencial Regional, definido como a “capacidade de crescimento sustentável (nos planos econômico, social e ecológico) da produção e da renda apropriada internamente” (PAIVA, 2004, p. 16), que permite a administração racional dos recursos públicos.
- Pólo que, segundo Perroux, “é o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente, e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região para

o centro e refluxos do centro para a região. O desenvolvimento estará, assim, ligado ao seu pólo.” (ANDRADE, 1987, p.59). É o ponto ou área que exerce influência sobre uma região, podendo ser um pólo de crescimento, um pólo de desenvolvimento ou ainda, um pólo de subdesenvolvimento.

- Pólo de crescimento é espontâneo e surge sem obedecer, necessariamente, a um planejamento. “Provocam o crescimento do produto e da renda per capita sem acarretar transformações sensíveis às estruturas regionais.” (ANDRADE, 1987, p.60, 65). É ativo na medida em que produz a expansão industrial.

- Pólo de desenvolvimento definido como o pólo que conduz a modificações estruturais, abrangendo toda a população da região polarizada (LIMA, 2003, p. 9). Baseando-se na concepção de Perroux de que o desenvolvimento consiste na “combinação de mudanças sociais e mentais de uma população que a tornam apta a fazer crescer, cumulativamente e de forma durável seu produto real”, o pólo de desenvolvimento é, às vezes espontâneo, mas quase sempre é planejado pelo homem e só tem valor no momento em que se torna um instrumento de análise rigorosa e a ferramenta de uma política. (ANDRADE, 1987, p. 59-60) Segundo o Instituto de Pesquisas e Estudos Aplicados (IPEA), o desenvolvimento econômico combina crescimento, redistribuição produtiva, tecnologia e melhoria de indicadores.

- Pólo de subdesenvolvimento, entendido como o pólo surgido em “determinada região, muito freqüentemente subdesenvolvida, e que se desenvolve à custa da região sem lhe devolver em recursos, as riquezas que dela retira,” (ANDRADE 1987, p. 60) Há casos de pólos que tiveram, no passado, função dinâmica, estacionando e passando a sugar a sua região.

- Desenvolvimento sustentável é aquele que deve satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras, na satisfação de suas próprias necessidades. (BUARQUE, 1996, p.65)

- Planejamento é o instrumento fundamental de orientação do processo político com base técnica, que ressalta a necessidade de uma abordagem multidisciplinar que

articule as diversas dimensões da realidade e promova o seu desenvolvimento, bem como a construção ambiental, o crescimento econômico e a equidade social, apontando para escolhas e decisões. (BUARQUE, 1996, p. 52, 62)

- Encadeamentos ou ligações consistem, segundo o conceito introduzido por HIRSCHMAN em 1958, num instrumento de identificação de setores-chave para analisar e planejar o desenvolvimento industrial. (MORETTO, 2001, p.73)

- Setores-Chave são as atividades que apresentam ligações mais altas para desencadear um rápido crescimento de produção, renda e emprego, com conseqüente interdependência econômica. E, segundo MORETTO (2001, p.73) “estão associadas à idéia de estabelecer prioridades na alocação de recursos e na estratégia de promoção industrial.”

2.2 TEORIAS DO CRESCIMENTO REGIONAL

O estudo da economia espacial é considerado recente na teoria econômica e a análise do papel do espaço, na organização das regiões é atribuída ao século XX.

As correntes teóricas influenciaram não só o desenvolvimento regional, como também os planos, programas e políticas de desenvolvimento em geral, como as afetas ao projeto de regionalização das Secretarias de Estado, enfocadas a seguir.

A Teoria dos Pólos de Crescimento, desenvolvida por François Perroux em 1955, enfatiza que o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país, cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em certos pontos, chamados pólos de crescimento, com intensidades e efeitos variáveis sobre o conjunto da economia.

O desenvolvimento é gerado por fatores autônomos, como o investimento e a demanda por exportação, valorizando “o potencial das relações interindustriais, a partir do qual a instalação de uma ou mais empresas permitiria a atração de outras empresas para a mesma região” (JACCOUD, 2002, p. 6)

Assim, o crescimento econômico é próprio de áreas favorecidas por variadas circunstâncias, onde surge “uma indústria motriz e, como consequência, como reflexo da ação dessa indústria o crescimento se propaga, se expande, beneficiando as regiões que a cercam, que são para ela polarizadas. (ANDRADE, 1987, p.58)

A teoria dos pólos tem pontos de contato com a abordagem schumpeteriana do desenvolvimento, quando baseia-se no dinamismo da indústria motriz, atividade inovadora e de grande dimensão, que exerce importante efeito de encadeamento no interior do pólo. Em Schumpeter, a atividade inovadora rompe o fluxo circular estacionário e promove o crescimento de seu meio e leva outras empresas a inovarem em um processo de imitação. As empresas que não se adaptam desaparecem (destruição criadora).

“A polarização setorial e territorial aparece como uma tendência natural no crescimento econômico das regiões e países, gerando concentração da renda e da riqueza. paralelamente a isso, as políticas públicas têm seguido essa tendência concentradora, com o propósito de maximizar os efeitos de encadeamento do crescimento das atividades motrizes e a taxa do crescimento econômico da economia como um todo.” (SOUZA, 2005, p.103)

Perroux supôs a existência de pólos principais, de porte semelhante e de vários portes secundários, servindo como ponte aos encadeamentos oriundos dos pólos superiores. A noção de pólo e região polarizada se coaduna às idéias de urbanização e industrialização.

As políticas públicas têm seguido a tendência de concentração de renda e riquezas, com o propósito de maximização dos efeitos desencadeadores do crescimento, da mesma forma que “os investimentos públicos tendem a se concentrarem em infra-estrutura e em atividades diretamente produtivas em determinadas regiões, criando e reforçando os pólos existentes” (SOUZA, 2005, p. 103).

A teoria de localização e a noção de pólo de desenvolvimento deriva “das economias externas geradas pelas infra-estruturas existentes nos centros urbanos, pela concentração dos consumidores e de mão-de-obra especializada, bem como pela disponibilidade de serviços os mais variados.” (SOUZA, 2005, p.92)

Do ponto de vista geográfico, os pólos de crescimento podem ser locais, regionais, nacionais e internacionais. Distingue ainda, os eixos de desenvolvimento, que são constituídos por uma via de transporte e por centros de crescimento, com infra-estruturas para atividades industriais e de prestação de serviços. Um pólo de crescimento pode constituir um pólo de desenvolvimento apenas em relação à região onde está implantado podendo, conseqüentemente exercer efeitos nocivos ao desenvolvimento de outras regiões.

O padrão de formular e operar as políticas públicas, de forma centralizada, numa relação vertical entre Estado e Sociedade, cede lugar ao padrão descentralizado, caracterizado pela horizontalidade dessa relação, pela interação dos agentes/atores sociais envolvidos e pela seletividade espacial, integração e territorialidade das políticas públicas.

A teoria espacial tem origem em Von Thünn, que em 1826 sistematizou suas observações de que as atividades se desenvolvem de forma organizada e racional no espaço estruturado, estabelecendo novas seqüências no processo de ocupação e crescimento, evidenciando os primeiros passos no sentido desta teoria. Weber, em 1909, retomou essa teoria na perspectiva da localização industrial, (PARANÁ. Secretaria do Planejamento, 1985, p.10) decorrente do processo de industrialização que se desenvolvia, bem como pelo acelerado processo de urbanização.

A teoria do lugar central desenvolvida por Walter Christaller em 1933, na tentativa de entender e explicitar as condições naturais de equilíbrio da economia e a análise da hierarquização dos núcleos urbanos, baseia-se no princípio da centralidade, onde existe um núcleo urbano principal, denominado lugar central, em torno do qual o espaço é organizado, havendo uma relação de co-dependência de região complementar e o núcleo principal. (CUNHA, 2005, p. 12).

Procura demonstrar que um sistema de cidades, uma rede inter e intra urbana, caracterizada numa hierarquia de lugares centrais nasce de relações sócio-espaciais definidas, baseadas no tamanho, nas funções e nas distâncias interurbanas.

A distribuição dos lugares centrais, bem como de suas áreas de abrangência não é estática e podem ser alteradas pelo investimento e desenvolvimento econômico e social.

Apoia-se nos fundamentos da “Teoria da Localização” e foi considerada “um marco no processo de desenvolvimento de modelos de análise urbana, que conduzem ao traçado das regiões polarizadas.” A cidade tem como função principal ser o “centro prestador de serviços para o seu interior.” Foi retomada por Losch, em 1954 (PARANÁ. Secretaria do Planejamento, 1985, p.15)

A tese da concentração poligonal parte da constatação de que os requisitos locacionais das atividades econômicas estão sofrendo forte mudança no contexto do processo de reestruturação produtiva e alguns deles vêm assumindo crescente importância para o desenvolvimento industrial e para o crescimento diferenciado das regiões, tais como: base educacional e cultural; existência de centros de ensino e pesquisa; concentração de recursos de pesquisa; presença de parques tecnológicos; mercado de trabalho profissional e qualificado; relações industriais articuladas geograficamente (redes de empresas, *clusters*, arranjos produtivos, etc.); existência de serviços especializados; facilidades de acesso; e ambiente favorável de negócios.

2.3. A CONCEPÇÃO DA POLÍTICA REGIONAL

A organização do espaço pelo homem ocorre de diversificados modos históricos de produção, ao longo da sua existência.

A opção em desenvolver uma Política Regional deve considerar o conhecimento, à priori, dos custos que envolve, quer com a perda dos produtos, devido a alocação ineficiente dos investimentos, no curto prazo, quer com o custo dos salários pagos aos funcionários públicos responsáveis pela administração das ações regionais. Assim, torna-se importante avaliar a relação custo/benefício.

Os governos procuram intervir para modificar os resultados do mercado, no sentido de alcançar os objetivos econômicos ou sociais regionais definidos no nível político. Contudo, o caráter de intervenção vem mudando e os governos têm assumido uma postura mais moderada em relação aos mercados.

Os objetivos regionais, em sua maioria, são definidos de acordo com o princípio de equidade. Entretanto, todo empenho deve ser feito no sentido de conciliar os objetivos de equidade com os de eficiência, na formulação das políticas regionais. Se analisarmos a proposta de regionalização apresentada no Plano de

Governo Requião gestão 2002-2006, fala em eficiência, eficácia e efetividade.

Como os benefícios do desenvolvimento econômico social devem ser dirigidos a todos os indivíduos, a localização deles é fator chave que não pode ser esquecido na análise e na adoção de políticas, e o planejamento destas deve considerar a diversidade regional e suas interdependências.

O grau de importância de uma política regional deve ser medido pela sua capacidade em atender, simultaneamente, os interesses dos grupos fracos e dos grupos fortes, ou seja, quando gerar maior número de oportunidades de cooperação entre os seus vários grupos.

Portanto, as políticas regionais devem ser "estruturadas não como políticas justificadoras de permanentes transferências de renda dos ricos e poderosos para os pobres e necessitados ... mas como partes integrantes de programas nacionais de desenvolvimento, dos quais todos (ou tantos quanto o possível) se beneficiam." (Gomes, 1993 p. 54)

Nos países desenvolvidos, grande parte das políticas de desenvolvimento regional, estão apoiadas na criação de infra-estrutura nas regiões, enquanto no Brasil, os recursos que financiam os programas, destinam-se apenas ao investimento diretamente produtivo.

A indústria tem sido prioritária como foco das políticas regionais, o mesmo não acontecendo com a agricultura e o setor de serviços. Por outro lado, a flexibilidade das pequenas e médias empresas em se adaptarem a mudanças estruturais da economia, consiste num ativo importante das políticas regionais e das políticas de reestruturação industrial.

O processo de inovação tecnológica tem se mostrado relevante para as políticas de desenvolvimento regional, como elemento dinâmico da economia moderna, viabilizando a instalação de unidades detentoras de alta tecnologia em regiões atrasadas.

Embora os instrumentos de política regional não variem muito entre os países, podendo-se destacar os gastos públicos com infra-estrutura, incentivos financeiros e fiscais para atrair investimentos privados; as estratégias têm revelado inovações entre os países, dotando as políticas públicas de grandes perspectivas em consonância com as tendências econômicas mundiais.

2.3.1 Políticas Regionais no Mundo

Após a Segunda Guerra Mundial, as políticas regionais desenvolveram-se em países da Europa como, França, Itália, Alemanha e Bélgica, com o propósito de consolidarem ações que diminuíssem as disparidades regionais do seu espaço, muito embora essa preocupação já tivesse sido observada anteriormente.

A crise de 1930 apresentava reflexos do pós guerra em relação à concentração do nível do emprego da riqueza e da atividade econômica mundial que, a partir da década de 50, consubstanciaram-se em políticas regionais, consolidadas de forma diferenciada e autônoma, em cada um dos países em que foram propostas.

Entretanto, com o advento do Mercado Comum Europeu, essa preocupação deixou de ser independente, passando a ter como foco a inserção de uma política regional européia associada à necessidade de coesão das economias nacionais e regionais, integrando as economias na esfera da União Européia.

Com a institucionalização do Mercado Comum Europeu agravaram-se as disparidades regionais, havendo imposição de significativos ônus financeiros causados pela moeda em comum, bem como, a unificação dos mercados trouxe ameaças às regiões mais pobres, decorrentes da concorrência das mais ricas, o que foi amplamente reconhecido na década de 70, culminando com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), em 1975, acrescentando propostas à política regional.

A síntese das políticas regionais pode ser evidenciada pelo quadro a seguir, elaborado à partir de informações que a literatura pertinente no assunto registra, numa tentativa de caracterizar as experiências vivenciadas pelos países e que subsidiaram as experiências nacionais e regionais.

**QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS,
DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006**

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
Inglaterra	1934	Enfrentar os graves problemas sociais do declínio industrial de parte do território nacional	Políticas Regionais
Alemanha		Atender demandas locais e a preocupação com as condições de vida da Unidade Federativa	Intervenção Estatal
França	1960	Integrar a atividade de planejamento e de intervenção do Estado Central para impulsionar o crescimento econômico nacional.	Fortalecimento do planejamento econômico estatal e centralizado do Pós Segunda Guerra Mundial; Avanço na construção de uma política regional comunitária Estratégia de proteção de grandes projetos tidos como pólos de atração de fluxos econômicos.
	1963	Criação do DATAR, com o objetivo de estabelecer a relação entre o crescimento econômico e a dinâmica de ocupação do território	Fortalecimento dos pólos econômicos; Dinâmica de Ocupação do Território; Centralização da Atividade Econômica.
Lei de Descentralização	1982	Organizar a convergência de ações relativas à valorização do espaço local; Dividir competências entre os quatro níveis de administração.	Quebra de monopólio de intervenção do governo central; Dotação de recursos financeiros e institucionais; Ampliação do espaço de atuação das regiões; Reforma do sistema de planejamento.

Continua

**QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS,
DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006**

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
França Lei Voynet Recomposição dos Territórios	1999	Valorizar os recursos mais do que compensar os <i>déficits</i> ; e Promover a constituição de novos territórios como base para o planejamento de desenvolvimento regional	Mobilização dos espaços territoriais; Organização da iniciativa local; Associação de políticas e investimentos públicos; Envolvimento da sociedade local; Projetos específicos de desenvolvimento.
Documento Único de Programação	2000-06	Promover a complementaridade entre os instrumentos de intervenção nacionais e europeus.	Alteração do período de validade dos contratos; Compatibilização dos contratos com fundos europeus.
Espanha Desagrarización das Economias Regionais	Final do Século XX	Promover uma mudança estrutural na economia industrial e terciária.	Mudança na estrutura territorial do país; Profunda imigração inter-regional.
Modelo Franquista de Desenvolvimento	1970		Fechamento do Mercado; Regulação Econômica.
Política Redistributiva e de Transferência	1980		Convergência de renda entre as regiões; Políticas regionais continuadas.

Continua

**QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS,
DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006**

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
Espanha			
Desagrarización das Economias Regionais	Final do Século XX	Promover uma mudança estrutural na economia industrial e terciária.	Mudança na estrutura territorial do país: Profunda imigração inter-regional
Modelo Franquista de Desenvolvimento	1970		Fechamento do Mercado: Regulação econômica
Política Redistributiva e de Transferência	1980		Convergência de renda entre as regiões; Políticas regionais continuadas.
Modelo Pós-Franquia Lei 50/1985	1985	Buscar “a europeização espanhola” com o ingresso na Comunidade Económica Européia	Internacionalização de Políticas; Desregulação de mercados; Incentivos Regionais diferenciados; Fundos Comunitários.
Inglaterra			
Plano de Regionalização	1934	Enfrentar os graves efeitos sociais do declínio industrial.	Formulação de Políticas Regionais.
Política Regional do <i>New Labour</i>		Promover a estabilidade macroeconômica e o bom desempenho da economia para o sucesso da política regional.	Descentralização política pelas agências de desenvolvimento regional, câmaras e escritórios; Investimentos em educação;

Continua

**QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS,
DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006**

PAÍS	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
Portugal			
Referendo de 08 de Novembro	1998	Realocar algumas das funções anteriormente monopolizadas pelo Estado para o nível infra-nacional e supra-nacional.	Desconcentração Regional associada à descentralização administrativa de funções; Competências e funções divididas entre diferentes órgãos; Criação de autarquias supra-municipais para a coordenação de atividades.
Lei 56/91			
Lei Quadro das Regiões Administrativas			
Lei 19/98			
Lei de Criação das Regiões Administrativas	1998	Atribuir ao Estado português uma nova identidade político-administrativa.	Criação das regiões administrativas; Estabelecimento de nova definição de fronteiras.
Itália			
“Período de Intervenção Extraordinário	1948-84	Propor uma ação direta do Estado na região do Mezzogiorno no sentido de criar condições para a redução do GAP existente entre o Norte e o Sul	Planos de Investimentos para a região sul da Itália

Continua

**QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS,
DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006**

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
Criação da Cassa per El Mezzogiorno	1950	Estudar a questão do atraso do sul do país, priorizando ações políticas e econômicas para garantir o desenvolvimento industrial da Itália.	<p>Concebida, baseada e desenvolvida na associação para o desenvolvimento da indústria no Mezzogiorno – SVIMEZ</p> <p>Estímulo à agricultura</p> <p>Melhoria da Infra-estrutura</p>
Lei promulgada para a criação de instituições regionais, pelo Ministério das Finanças	1950	Garantir ao Ministério das Finanças poderes para criar instituições regionais destinadas ao fornecimento de crédito a longo prazo para as pequenas e médias empresas	<p>Criação de instituições regionais:</p> <p>* Instituto para o Desenvolvimento Econômico do Sul Continental da Itália – ISVEIMER</p> <p>* Instituto Regional para o Financiamento da Indústria na Sicília - IRFIS</p> <p>* Instituto de Crédito Industrial da Sardenha – CIS</p> <p>- Fomento ao Crédito</p>

Continua

**QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS,
DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006**

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
Criação de Instituto de Redesconto (Médio Crédito Centrale)	1952	Levantar fundos necessários para as operações dos Institutos de Créditos Regionais	Financiamento de projetos
Uso da teoria dos pólos de crescimento de Perroux	1964	Embasar como referência obrigatória, todos os formuladores de política regional	Orientação do uso da teoria no plano de investimentos
Política de Desenvolvimento Regional	1980	Buscar o aumento da competitividade	Atuação sobre o estoque de recursos naturais e culturais
Período de Pós Intervenção Extraordinária	1985/89	Intervir nas Políticas de desenvolvimento Regional	Estruturação de nova etapa
Política de Desenvolvimento Regional Integrada à Europa Unificada	Década de 90	Formular projetos de política Regional embasados nos princípios de solidariedade, parceria, adicionalidade, concentração de recursos e integração das intervenções.	Mudanças na política regional italiana, com nova abordagem
Recursos às "Regiões Atrasadas"	2000-2006	Investir os recursos designados pela União Européia às "Regiões Atrasadas", complementando-os com fundos italianos.	195 bilhões de euros designados pela União Européia 22 bilhões de euros no Mezzogiorno

Continua

QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS, DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
Plano de Desenvolvimento do Mezzogiorno	2002 - 06	Implementar inovações no Sistema de Monitoramento e Prestação de Contas, plano inédito na política regional italiana	Descentralização de responsabilidades A região fica responsável por uso de 70% do total dos recursos Aumento da responsabilidade dos Governos Regionais
China			
Constituição da República Popular “Grande Salto à Frente”	1949 –79	Combinar uma expansão econômica ousada com amplas reformas políticas	Reforma agrária Coletivização da produção agrícola Criação das comunas agrícolas em todas as regiões Estatização da produção industrial Introdução de planos quinquenais
Revolução Cultural	1966	Reverter os resultados danosos de até então e estimular o crescimento de cidades médias nas regiões centrais	Desconcentração produtiva Orientação para dentro Industrializar sem urbanizar Ênfase na produção de bens de consumo não-duráveis Estímulo à produção agrícola nas regiões Coletivização do campo

Continua

**QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS,
DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006**

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
Abertura administrada	1979 -04	Estimular o investimento em localidades com maior capacidade de crescimento, de ganho de produtividade de exportação	Descoletivização das áreas rurais Abertura para investimento estrangeiro Expansão do comércio internacional
Zonas Econômicas Especiais	1979 - 85	Estimular a entrada de investimento estrangeiro e promover o crescimento industrial	Abertura das cidades a um investimento estrangeiro Estímulo à abertura de empresas privadas chinesas Absorção e desenvolvimento da tecnologia local
Zonas de Desenvolvimento Tecnológico (ETDZ)	1992	Transformar as ZEE em ETDZ, visando o estímulo à absorção de tecnologia	Incentivos fiscais às ETDZ Expansão do número de ETDZ criadas
Criação de zonas Especiais	1997	Estimular os investimentos em diferentes áreas	Privatização
Planos quinquenais	1981 –85 1986 –90	Estabelecer uma divisão da China em três grandes regiões: costeira, central e oeste, com atribuição de funções a cada uma delas	Industrialização Investimento estrangeiro Comércio internacional Produção agrícola e energética Pecuária e mineração Transferência de recursos entre regiões Regulação do mercado de trabalho e do processo migratório

Continua

**QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS,
DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006**

PAÍS	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
Estados Unidos			
Política de distribuição de terras		Explorar a fronteira do oeste	Melhoria do perfil de distribuição de renda Aumento da produção Ampliação do mercado Financiamento de obras de infra-estrutura Reforço da capacidade produtiva das regiões
Melhorias rodoviárias e hidráulicas sugeridas no "Gallatin Report"		Integrar o vasto território americano	Distribuição de renda e qüitativa Aumento da integração dos mercados Especialização da produção
Área Development Administration ARA	1961	Incluir as regiões que não haviam sido beneficiadas pelo crescimento americano	Política Regional
Economic Development Administration EDA	1965	Aperfeiçoar o ARA	
México			
Lei da Reforma Agrária	1915	Ordenar o território e estabelecer as bases para ocupação e colonização do país	Edição do instrumento inicial de ordenação do território

Continua

QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS, DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
México Criação de um Banco para o financiamento da infra-estrutura urbana	1930	Financiar a infra-estrutura urbana	Poítica industrial baseada na substituição de importações
Estratégia e Desenvolvimento Compartilhado	1970	Integrar as diversas ações do Governo nos diferentes níveis institucionais	Planejamento de ações estratégicas Inclusão da questão territorial e espacial nas políticas públicas
Criação da Secretaria de Assentamentos Humanos e Obras Públicas	1976	Legalizar e institucionalizar a integração urbana e regional de forma coordenada nas várias escalas do poder	Descentralização do desenvolvimento Inversão das tendências de crescimento, de concentração econômica e demográfica Ocupação das regiões novas ou deprimidas
“**Indústria Maquiladoras”	1990	Configurar um novo contexto sócio-espacial na região norte do país para contrapor-se à crise evidenciada	Intensificação do processo de absorção e desenvolvimento de tecnologia Implantação de um parque eletro-eletrônico Industrialização apoiada na produção flexível, com uso de capital externo e dirigida à exportação Mudança na distribuição espacial dos investimentos e participação regional do PIB

Continua

QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS, DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
México			
Padrão de Industrialização articulado à economia norte-americana	Século XXI	Modificar a organização do espaço regional e nacional, redirecionando fluxos econômicos e demográficos na direção centro-norte	<p>Redefinição do espaço urbano regional do país</p> <p>Integração de novos espaços produtivos urbanos e regionais</p> <p>Crescimento das aglomerações urbanas</p> <p>Movimento em direção à economia continental, deslocando o crescimento</p>
Panamá			
Planificação Nacional	1970	Priorizar o desenvolvimento espacial da população e das atividades econômicas	Formulação de planos nacionais
Chile			
Sistema Nacional de Planejamento Regional	1965	Iniciar o planejamento regional	Institucionalização de programas regionais
Política Regional Redistributiva	1974 - 80	Intensificar o povoamento das regiões de fronteira	<p>Medidas embasadas na filosofia pró mercado</p> <p>Criação do Fundo Nac. de Desenvolvimento Regional</p> <p>Estabelecimento de áreas com benefícios tarifários e tributários especiais</p>

Continua

**QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS,
DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006**

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
Chile			
Negação das Políticas Explícitas	Década de 80	Promover o desenvolvimento das regiões baseado em suas vantagens comparativas	Expansão das exportações Reestruturação e transnacionalização das regiões com recursos naturais
Divulgação do documento "La Acción Regional Del Gobierno: Balance de la Gestión" 1990-1991	1992	Apresentar a política nacional de desenvolvimento regional	Comprometimento formal do Governo com a política regional
Colômbia			
Plano de integração Nacional	1979-1982	Formular a política de integração nacional de suas regiões	Elaboração do Plano
Peru			
Planificação regionalizada	1975-1979	Pensar a planificação regional	Estudo Básico
Políticas Regionais	Década de 80	Promover uma melhor distribuição espacial das atividades industriais	Descentralização das inversões públicas e da administração Colonização das zonas periféricas

Continua

**QUADRO I – SÍNTESE DAS EXPERIÊNCIAS MUNDIAIS EM POLÍTICAS REGIONAIS,
DURANTE A DÉCADA DE 30 ATÉ 2006**

PAÍS/POLÍTICA	ANO DE INÍCIO	OBJETIVO/PROPÓSITO DA POLÍTICA (FATORES)	PROGRAMAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
Venezuela			
Criação da Corporação Venezuelana de Guyana	Final década de 70	Promover a planificação econômico-regional	Formulação de planos econômicos regionais
VI Plano Nacional	1981-1985	Aliar o crescimento econômico e desenvolvimento social	Nacionalização do uso da terra e da proteção ambiental Descentralização política e institucional Organização territorial

Fonte: Compilado pela autora, com informações extraídas de CEDEPLAR, p.25; GOMES, 1993 p.42; JACCOUD, Luciane; OCDE, 2001

*Regiões Atrasadas_ aquela cuja renda per capita corresponde a 75% da média europeia no período de 1994 a 1996

**Indústrias Maquiladoras_ segundo a CEDEPLAR, são as indústrias constituídas de montadoras de produtos tecnologicamente pouco sofisticados como os têxteis e confecções que, em função da disponibilidade do trabalho barato, em sua grande maioria com mão-de-obra desqualificada, não sindicalizada, jovem e feminina, são implantadas em cidades pequenas e médias carentes de serviços básicos das áreas de fronteira México-Estados Unidos.

O quadro anterior evidencia as várias medidas relacionadas com o desenvolvimento econômico e com as desigualdades espaciais, como bem o exemplificam as políticas de desconcentração industrial na Inglaterra, os programas da Alemanha e Itália, destacando-se a “Casa del Mezzogiorno”. A França e o enfoque dos pólos de crescimento, rica em experiências de políticas regionais, como pode ser observado no quadro síntese. Talvez esse número elevado de estudos seja evidenciado por ter sido, a França, o país berço de manifestações e pesquisadores que teorizaram a respeito.

Pode-se observar que a política regional vem apontando para uma mudança de paradigma, com ênfase na mobilização do potencial de desenvolvimento endógeno das regiões, onde a inovação tecnológica, a melhoria da infra-estrutura e a adoção de medidas governamentais para o desenvolvimento de serviços de apoio à produção são fundamentais.

O mundo, em políticas espaciais, demonstrou aos planejadores econômicos que a melhoria de infraestrutura, mesmo com o aumento de oferta de crédito, não suficiente no sentido de gerar um processo espontâneo e auto sustentado de desenvolvimento industrial, da mesma forma que a estratégia de pólos de crescimento em alguns países se mostrou incapaz de reduzir as diferenças do PIB per capita entre as regiões.

Diante da incapacidade de algumas regiões na implementação de projetos de desenvolvimento, pode-se inferir que há uma capacidade diferenciada entre os países, na formulação de projetos baseados em seus recursos endógenos.

As experiências centradas em estratégias de pólos de crescimento planejados foram evidenciadas em diferentes contextos e com objetivos distintos. Entre eles, “a recuperação de áreas economicamente deprimidas, o estímulo à desconcentração regional para fomentar o crescimento global; modificação do sistema urbano” e a distribuição econômica inter-regional mais justa.

Quem se utiliza da teoria dos pólos de crescimento pode acabar esquecendo da importância que o tipo de atividade exerce na sustentação dos pólos planejados.

A natureza das atividades econômica deve ser incentivada, considerando-se suas características técnicas e locacionais, para que possa gerar os níveis de oportunidades de emprego esperados. Para que isso seja possível, não bastam apenas os incentivos financeiros e a oferta de infra-estrutura, bem como, orientar a escolha do tipo de indústria a ser instalada na análise da matriz insumo produto, uma vez que estar-se-ia tomando decisões nos encadeamentos existentes nos espaços econômicos e que se produziria no espaço geográfico, optando pela escolha da indústria que não produz os efeitos mais significativos. A opção por tais políticas não garantem o desenvolvimento sustentado da região.

As políticas regionais, principalmente na Europa, têm sido fortalecidas e a temática em torno das desigualdades regionais debatida pelos países, provocando inovações e reformas, nesta área.

A escassez de recursos, registrada durante a década de 70, limitava a capacidade de intervenção dos poderes públicos, levando a repensar os efeitos de uma política regional implementada com base nos pólos de crescimento.

Estudos sobre os efeitos da expansão do crescimento, centrado nas empresas polarizadoras subsidiaram, no início da década de 80, críticas à teoria,

pela inviabilização dos impactos econômicos.

Dentre as razões evidenciadas, a dinamização econômico regional esperada com a implantação dos pólos de crescimento regional, com os mecanismos e programas de infra-estrutura para redução de custos e atração de empresas potencializadoras de agregação, favorecendo a interação da região com o mercado nacional e internacional, não se viabilizou, da mesma forma que o setor industrial não gerou o número de empregos esperado e nem estimulou o desenvolvimento das regiões deprimidas.

A teoria dos pólos de crescimento passa a ser contestada substituída pela ação de desenvolvimento endógeno. Assim, o desenvolvimento local torna-se o centro da política regional e o uso dos recursos locais passa a ser potencializado pelas regiões, de modo a ampliar a capacidade de desenvolvimento.

O reconhecimento de que a nova fase da economia mundial produz impactos sobre as regiões, vem reafirmando a necessidade de controle do processo de desenvolvimento para o nível da região, aumentando o foco em objetivos comuns.

O desenvolvimento endógeno e integrado à economia europeia e mundial, consiste em uma estratégia de política regional de novo tratamento do espaço territorial com maior articulação entre os diferentes e diversificados instrumentos de planejamento regional.

Se não houver uma intervenção dos governos, que efetua transformações na questão regional, como objetivo prioritário das políticas públicas, o crescimento das disparidades não será contido, o que poderá ser danoso para a economia regional destes países.

“As desigualdades inter-regionais europeias aumentaram na mesma proporção da elevação da convergência entre os países.” (ESTEBAN & VIVES, 1994)

3.2 POLÍTICA REGIONAL NO BRASIL

“O processo de ocupação do espaço geográfico brasileiro se fez segundo as possibilidades de cada região encontrar alternativa econômica que lhe permitisse inserir no mercado internacional, seja para atender à metrópole na fase colonial, seja na primeira etapa do país independente. Em função dessas experiências se formaram verdadeiras economias regionais no Brasil, voltadas para fora e com fraca integração nacional, a exemplo do açúcar

no Nordeste, do ouro em Minas Gerais, do algodão no Maranhão, da madeira e mate no Paraná, da borracha na Amazônia, do café no Sudeste. Essas experiências seriam determinantes na configuração regional brasileira até os dias de hoje”.(DINIZ, 2001, p.7)

A ocupação do espaço, de um modo geral, está ligada aos fatores políticos, econômicos ou de condições naturais existentes. Fatores estes que interagem e estabelecem padrões de produção, como os ocorridos no Brasil evidenciados pela história.

A exploração de terra, bem como, a extração agrícola e mineral, coma a finalidade de exportação, deu inicio ao processo de colonização do Brasil.

As capitânicas hereditárias consistiram na primeira forma de regionalização do país e representam, para LIMA, (2003, p.11..) “ a ocupação do espaço pelos portugueses, com nítidos interesses econômicos”, que implicaram em transformações ambientais e sociais, bem como, na “organização política de exploração da terra, com um mundo político centralizado.”

“No momento que a sociedade passa a produzir excedentes comercializáveis, o processo de mercantilização começa a transformar as relações sociais no espaço e a estabelecer novos padrões de produção.” (LIMA, 2003, p. 11)

Embora o Brasil não tenha apresentado uma política de ordenamento territorial, esta esteve implícita nas políticas macroeconômicas e setoriais.

O ordenamento espacial, no contexto das políticas publicas, foi relegado a um papel secundário, embora tivesse sido relevante para o país, no sentido de “reduzir as disparidades socioeconômicas regionais, o hiato entre o sudeste e o nordeste, incorporar o centro-oeste à economia nacional, integrar a Amazônia, ou reduzir o ritmo da metropolização apoiando o desenvolvimento das cidades medias.” (ARAUJO, 1995, p.15)

Investimentos em infra-estrutura física e social e vantagens locacionais têm se mostrado decisivos para o processo de crescimento, após a década de 80.

Por outro lado, o movimento migratório e a urbanização aumentaram os níveis de pobreza em algumas regiões e esta passou a ser encarada e discutida nacionalmente, exigindo mudanças estruturais em educação, saúde, habitação, saneamento, política tributária e reorganização do gasto público.

Segundo CAMPOLINA (2001, p, 7), a análise dos resultados das políticas regionais apontam para quatro temáticas consideradas relevantes na dinâmica

regional brasileira e que se manifestaram simultaneamente.

A construção da Capital Federal, em meados da década de 50, constitui-se em elemento de integração econômica do território brasileiro quer pela sua localização centralizada, quer pelas diretrizes advindas com o Programa de Metas, atuando diretamente sobre a infra-estrutura do sistema rodoviário. Brasília passa a ter o papel de integradora com as demais regiões do país, em decorrência da construção de troncos rodoviários.

O anel rodoviário propiciou a expansão da fronteira agropecuária do Centro-Oeste ao Norte brasileiro, incorporando a produção dos cerrados, com efeitos sobre o crescimento urbano.

A infra-estrutura, com o programa de investimentos em transportes, energia e telecomunicações para as regiões de baixo desenvolvimento, propiciou a expansão produtora das mesmas, a partir da década de 50.

O sistema de incentivos fiscais para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, gerado a partir da década de 60, com a criação de Superintendências de desenvolvimento regional, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA).

Contudo, a fragilidade que envolve as economias periféricas no Brasil segundo JACCOUD (2002, p.11), demandam uma participação mais incisiva e decidida dos poderes públicos, no sentido de priorizar a questão regional, integrando as coletividades locais com a implementação de estratégias e instrumentos inovadores de ação pública.

Neste sentido, o processo de planejamento, as estratégias e os planos devem ser orientados para espaços homogêneos com identidade socioeconômica e ambiental. Parafraseando Buarque, devem ajustar-se às características político-administrativas, sem deixar de compreender os limites e possibilidades abertos pelas tendências mundiais que impuseram um “novo paradigma de desenvolvimento” onde, de uma vantagem locacional marcada pela abundância de recursos naturais, baixos salários e reduzidas exigências ambientais, do pós-guerra, a competitividade se desloca para as “vantagens em crescimento e informação e para a qualidade e excelência do produto ou serviço”, traduzindo-se na busca da conservação ambiental e na qualidade do meio ambiente. (BUARQUE, 1996, p. 54).

3 O PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO NO PARANÁ

Embasado nos estudos que datam de 1546 de iniciativa de regionalização do Estado, o Paraná vem acrescentando inovações nesse processo.

Se comparado ao mundo, as iniciativas tiveram início no período do pós guerra e vem tentando acompanhar as tendências nacionais e mundiais.

Como a própria Constituição preceitua sobre a divisão regional, esse aspecto não deixou de ser abordado, tornando-se objeto de propostas nos últimos governos.

Segundo ANDRADE (p.90) "um dos aspectos importantes na organização do espaço geográfico é o papel desempenhado pelo Estado na tentativa de racionalizar a exploração do mesmo. Daí a importância que vem tendo, nos últimos anos, o papel do planejamento econômico e social na política governamental. Papel que se hipertrofia tanto nas sociedades socialistas como nas capitalistas."

Nesse sentido, após a Revolução de 30, é que no Brasil o estado passou a exercer maior intervenção na vida econômica. O planejamento foi institucionalizado e, devido aos diferentes níveis de desenvolvimento das regiões brasileiras a preocupação volta-se ao planejamento regional.

Por esta razão, é importante pensar o Estado regionalizado em uma perspectiva de análise, bem como, discutir os usos e encaminhamentos do problema a partir de contribuições múltiplas que a história econômica registrou,

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DE ESTADO

Historiciando o processo de regionalização, destaca-se a pluralidade dos enfoques dos dez estudos, que se consistiram em divisões do território, para atender a interesses do governo federal, estadual e municipal. Utilizaram-se de critérios, os mais variados e fins diversificados.

Iniciando com o estudo sobre as Zonas Fisiográficas, realizado em 1946 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tinha o propósito de atender interesses censitários. Foi seguido pelo Zoneamento do Estado – PLADep, em 1960 e vinculava-se à área agrícola. A divisão por Regiões de Planejamento –

SAGMACS, em 1963, centrado nas cidades pólos, foi o primeiro Plano de Desenvolvimento do Estado.

O ano de 1967 apresentou quatro iniciativas, começando com a divisão pelas Microrregiões Homogêneas do IBGE, que tinha o propósito de substituir as Zonas Fisiográficas e contribuir para o processo de planejamento. A divisão em Espaços Polarizados, também do IBGE e centrada na Teoria dos Pólos. Foi seguido pelo processo de divisão em espaços homogêneos e polarizados do IPEA e pela Regionalização do Paraná da COPLAN para a política de investimentos em obras.

Em 1970, surgiu Microrregiões–Programa, baseada na Teoria da Localização Espacial, com a finalidade de atender a programas de investimentos da SUDESUL/ SERFAU/MI. Foi seguido em 1972, pelas Regiões Funcionais Urbanas do IBGE, baseadas na Teoria dos Espaços Polarizados. As regiões de Influência das Cidades, centrada na teoria das Localidades Centrais, encerra a abordagem, apresentando-se como uma revisão do Estudo da Divisão em Regiões Funcionais.

Esses estudos são apresentados a seguir.

3.1.1 Divisão em Zonas Fisiográficas do IBGE

Historicamente consiste no primeiro fracionamento do território, de uso imediato, sendo estabelecido em 1946 com a finalidade de atender estatísticas censitárias. Ocorreu na mesma ocasião em que o território brasileiro foi dividido em grandes regiões, sendo a Região Sul composta pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Em 1970, São Paulo passa a integrar a Região Sudeste.

O Paraná foi dividido em 12 (doze) zonas fisiográficas. Em 1940 o Paraná tinha 49 municípios de passando para 80 municípios, em 1970, quando foi realizada a 6ª operação censitária, come menos da metade de seu território ocupada.

A divisão em Zonas Fisiográficas, com base de produção agrícola e pecuária, de ordem climática e obedecendo, via de regras, os acidentes geográficos naturais, impeditivos na época para a localização de populações não numerosas, não poderia se manter por muito tempo.

O Paraná passava por modificações profundas em sua estrutura econômica, criando uma nova divisão na atividade primária que iria prevalecer por muitos anos até que a estrutura fundiária atingisse índices modernos de mecanização.

No final da década de 60, tornou-se obsoleta, mas continuou sendo utilizada por mais duas décadas, para fins censitários.

3.1.2 Divisão em Zoneamento do Estado do Paraná

Em 1960, a Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado (PLADEP) era o órgão oficial de planejamento do Estado.

Um Grupo de Trabalho foi criado para reexaminar e reformular os critérios e propor uma nova divisão regional. Os estudos foram dirigidos para o “conhecimento das deficiências da máquina administrativa e o exame da realidade geo-econômica e cultural paranaense” para o interior. Propunha transferir determinados serviços executivos do estado, para o interior, concentrando os órgãos em um único local, bem como, simplificar a burocracia, descentralizando as responsabilidades de competência.

Considerava aspectos relacionados a limites, climas, solos, densidade demográfica, agropecuária, educação e edifícios públicos, ação governamental, entre outros.

Dividia a região em número de três e estas com subdivisão de quinze, representando “uma verdadeira unidade administrativa, com características culturais comuns, permitindo a execução no âmbito do município, das operações governamentais do Estado”. (SILVA, 1995, p. 4)

3.1.3 Divisão em Regiões de Planejamento

No ano de 1963, o Governo do Estado do Paraná patrocinou o 1º Plano de Desenvolvimento do Estado, realizado pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas nos Complexos Sociais (SAGMACS), que consistia na regionalização do Estado voltada para o planejamento.

O documento foi apresentado com a colaboração da então, Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), transformada depois no Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná(BADEP),

O território dividia-se com base em quatro critérios gerais de identificação: a Integração social e econômica; a capacidade de atingir relativa auto-suficiência; a homogeneidade relativa e, por último, a conveniência de organização horizontal e vertical do Serviço Público, com vistas a facilitar as tarefas coordenadoras e fiscalizadoras dos órgãos de divisão e controle e “maior racionalidade na execução dos serviços prestados”.

Norteava-se, segundo estudos do IPARDES pela seguinte proposta de regionalização:

- nos limites de faixa populacional – entre 320.000 e 1.020.000 habitantes em 1960, com possibilidade de expansão para 700.000 e 1.500.000 habitantes em 1970;
- no tamanho do território: as regiões não deveriam ter mais do que 30.000 km² e não deveriam ultrapassar o raio de 100 km;
- na determinação de cidades pólos – realizada através da análise do tamanho populacional, do ritmo de crescimento, do grau de dispersão no território, da relação população rural/urbana, do equipamento de natureza regional tanto econômico como social e administrativo, do fluxo de transportes e comunicações.

Inicialmente, dividido em 7 regiões e 14 sub-regiões, passando em seguida para 8 regiões e 16 sub-regiões, cuja escala de autonomia e dependência vinculava-se ao pólo urbano principal. Os pólos identificados foram: Curitiba, Ponta Grossa, União da Vitória, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá e Campo Mourão.

3.1.4 Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas

Orientando-se na necessidade de se ter uma divisão territorial atualizada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o estudo “Esboço Preliminar de Divisão do Brasil nas Chamadas Regiões Homogêneas”, em 1967.

Este estudo tinha como finalidade contribuir sistematicamente no processo de planejamento, com enfoque nas potencialidades econômicas regionais, na vocação para programas específicos, substituir as Zonas Fisiográficas.

Com base nos estudos realizados pelos órgãos de planejamento dos estados brasileiros, o IBGE criou 361 microrregiões homogêneas, sendo 24 destas no Paraná.

Utilizando o conceito de homogeneidade quando a domínios ecológicos, a áreas de população, regiões agrícolas, atividades industriais, infra-estrutura de transportes e atividades terciárias, destinavam-se ao atendimento das informações estatísticas, permitindo a análise de forma comparativa e em unidades menores do que as Zonas Fisiográficas.

Esta regionalização realizada pelo IBGE, de acordo com SILVA, (1995, p. 9) diferiu somente em 4 municípios, dos 240 existentes, das 8 Regiões de Planejamento (ou 16 microrregiões de planejamento) identificadas pela SAGMACS em 1963, em seu estudo complementar ao Plano de Governo, onde prevalecia a técnica de regionalização do Movimento Economia e Humanismo, que fora adotado para a regionalização do Estado de São Paulo em 1956 e, na mesma época, para estudo da Bacia do Paraná-Uruguai, com metodologia do Padre Lebret.

3.1.5 Esboço Preliminar de Divisão do Brasil em Espaços Polarizados

Fundamentado em estudos realizados na França sobre a rede urbana, o IBGE adaptou a metodologia original à realidade brasileira, identificando 5 espaços polarizados para o Estado do Paraná.

Neste estudo de nível nacional, parte do território do Norte Velho ficou sob a influência de Ourinhos no Estado de São Paulo, cabendo ao Paraná, nos limites de seu território, as regiões de Londrina, Maringá, Curitiba, Ponta Grossa e Pato Branco.

3.1.6 Esboço Preliminar da Divisão do Estado do Paraná em Espaços Homogêneos e Polarizados

O Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados (IPEA), do Ministério de Planejamento, solicitou ao Governo do Paraná uma divisão das Regiões Homogêneas.

A metodologia empregada fundamentou-se: no estudo da SAGMACS; nos dados estatísticos existentes e aliados ao conhecimento dos aspectos regionais; na confrontação e superposição da divisão regional realizada destacavam pela SAGMACS com a realizada pelo IBGE. Nos aspectos contemplados, destacavam-se os demográficos, o fluxo de transporte, bancos, estradas, telecomunicações, serviços de administração, de saúde e rede escolar.

No estudo uma determinada Região Homogênea é caracterizada por similaridades agrícolas de produção e ligada à renda média per-capita. Por outro lado, uma determinada Região Polarizada obedece a uma heterogeneidade espacial nas atividades, predominando a influência de um centro urbano destacado, com interdependência entre as partes heterogêneas.

As regiões identificadas pelo estudo foram: Curitiba, Ponta Grossa, Pato Branco, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Cascavel.

3.1.7 Divisão em Regionalização do Paraná

A Comissão de Planejamento de Edificações (COPLAN), da Secretaria de Viação e Obras Públicas, realizou um estudo de regionalização do Estado, em 1967, que objetivava a implantação de uma política de investimento em obras no Paraná. A regionalização utilizada, baseava-se na efetuada pela CODEPAR que dividia o Estado em 8 Regiões de Planejamento e 16 sub-regiões que tinham como cidades-pólos: 1 Curitiba e Paranaguá; 2 Ponta Grossa e Prudentópolis; 3 Palmas e Francisco Beltrão; 4 Guarapuava e Cascavel (Foz do Iguaçu); 5 Jacarezinho e Cornélio Procópio; 6 Londrina e Apucarana; 7 Maringá e Paranavaí; 8 Campo Mourão e Umuarama.

3.1.8 Divisão em Microrregiões-Programa – SUDESUL, SERFHAU – 1970

Para atender as necessidades de localização espacial nos programas de investimento e de beneficiar o desenvolvimento regional, o Ministério do Interior, através da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), procedeu estudos visando dotar seus organismos de um instrumento de planejamento de nível regional voltado para uma nova estratégia de política econômica.

O referido estudo reestruturou a divisão em microrregiões homogêneas, quanto à divisão em regiões de planejamento, o que foi bem aceito nas administrações municipais e deu origem a institucionalização das associações dos municípios. Foram definidas 16 microrregiões-programa.

3.1.9 Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas

Realizado com base no estudo anterior “Esboço Preliminar da Divisão do Brasil em Espaços Polarizados” desenvolvido pelo próprio IBGE em 1967, tinha o objetivo de “constituir o modelo de divisão regional do Brasil para fins de ação administrativa”. (SILVA, 1995, p. 19)

Evidenciava a função urbana como motor do desenvolvimento em uma sociedade que sofreu mudanças profundas nesta área de ocupação econômica. Utilizava o conceito de hierarquia funcional urbana, cuja abordagem enfocava a crescente tendência econômica centrada nas cidades, da mesma forma que apresentava as áreas urbanas como concentradoras de atividades e de infraestrutura e onde se instalavam os serviços sociais representativos, as finanças, e grande número de profissionais liberais.

Enfatizava que através da hierarquia urbana se pode conhecer a “estrutura territorial do País, dos Estados e das microrregiões”; (SILVA, 1995, p. 19)

A cidade era tida como uma estrutura possuidora de uma rede viária e movimentos de massas (fluxos) que tem funções definidas e inter-relacionadas, que ia além do papel de aglutinadora de pessoas.

Foram identificados quatro níveis hierárquicos:

- A Grande Metrópole, a Metrópole Nacional e Centros Metropolitanos;
- Centros Regionais;
- Centros de Nível Sub-regionais;
- Centro Locais.

3.1.10 Divisão em Regiões de Influência das Cidades

Elaborado pela fundação IBGE em 1980, foi realizado com o propósito de revisar o estudo “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas” publicado em 1972.

Objetivava elaborar um quadro descrito para subsidiar o sistema de decisões quanto a localização de atividades econômicas, ligadas à produção como ao consumo coletivo, bem como, detalhar um quadro com sugestão de novos estudos de todo ou de partes, para compreender as “relações entre processos sociais que ocorrem na sociedade e as estruturas territoriais que emergem”. (SILVA, 1995, p. 22)

Fundamentou-se na “Teoria das Localidades Centrais ou da Centralidade” formada por Christaller nos anos trinta, onde a cidade é tida como o centro de uma comunidade regional e sua função básica é ser uma localidade central que fornece bens e serviços para a região circunvizinha.

Para identificar a hierarquia das cidades foram selecionados 76 bens e serviços resultando em 4 categorias de centros:

- Centro Metropolitano;
- Capital Regional;
- Centro Sub-regional;
- Centro de Zona.

3.1.11 Outras Divisões

Segundo SILVA (1995, p.24), algumas divisões tiveram objetivos bastante específicos como a Política de Desenvolvimento (PNDU) evidenciada pela Universidade Federal do Paraná através de convênio firmado entre Governo do Estado do Paraná, Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), publicado em 1974.

Em 1975, a Universidade Federal do Paraná apresentou Planos Regionais Industriais Leste, Norte e Oeste do Paraná (PRI), realizado com a finalidade de mostrar uma visão prospectiva da configuração industrial no território paranaense.

Neste mesmo período, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), elaborou, em convênio com a Secretaria do Planejamento (SEPL) o estudo “Projeto Técnico Econômico dos Eixos Industriais do Paraná (PROEI), cuja finalidade residia no dimensionamento do custo de implantação e na definição, dentro dos eixos fixados, de alternativas de áreas a serem priorizadas à industrialização; determinando tendências vocacionais de cada eixo; assim como, caracterizando a econômica regional.

Em 1983, o IPARDES apresentou a pesquisa “Nova Configuração Espacial do Paraná”, que teve como objetivo identificar a nova disposição e a forma dos elementos espaciais no Paraná, fundamentalmente representadas pelo sistema de cidades.

Para o Censo de 1990, o IBGE reestruturou o espaço brasileiro através de novas subdivisões territoriais. Foram criadas as “mesorregiões” e as “microrregiões geográficas”.

As mesorregiões, em um total de 88, constituem um nível intermediário entre as Microrregiões e a Macrorregião. Resultam do grupamento de microrregiões.

São unidades homogêneas a nível maior que as microrregiões, porém menor que o Estado ou Território. Foram criadas com o fim de permitir a elaboração de estatísticas mais detalhadas em unidades territoriais maiores, obedecendo o mesmo princípio da classificação microrregional (ou seja, áreas que agrupam, dentro de um mesmo Estado ou Território, Municípios com características física, sociais e econômicas de certa homogeneidade). Foram mantidas, a nível mesorregional,

algumas unidades microrregionais, tais como Áreas Metropolitanas e microrregiões de capitais estaduais, que se diferenciam bastante das outras.

Uma mesorregião é definida com “uma área individual em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização de espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social com de limitante; o quadro natural como condicionante; e a rede de comunicação e de lugares centrais como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado com mesorregião tenha uma identidade regional”.

3.2 PROCESSO DE REGIONALIZAÇÃO DAS SECRETARIAS DE ESTADO DO PARANÁ

Remota de 1974 a inserção da regionalização das ações governamentais, consubstanciada na Lei 6636, responsável pela modernização administrativa, como enfatiza o estudo do IPARDES (1976, p.56), quando sugere que

em todas as épocas e em todas as sociedades, sempre se verificou um certo grau de inadequação entre o processo de organização social – em particular e de produção – e a organização do território. Situar as decisões e as ações planejadas dentro de uma perspectiva de tempo e espaço, se revela como sendo a única abordagem que, apesar das dificuldades metodológicas e institucionais, pode dar sentido e subsidiar as funções do Governo, em todos os seus aspectos e implicações..., imperativo para a consecução dos objetivos e metas do desenvolvimento estabelecido .

Neste sentido, no Governo Jaime Canet Júnior inicia o processo de Regionalização Administrativa do Estado.

3.2.1 Projeto de Regionalização Administrativa

Consubstanciada pela Lei Estadual 6636/74, anteriormente citada e que foi editada ainda no Governo Emílio Gomes, tinha como proposta institucional ir além do plano político/ administrativo, inovando no processo de descentralização administrativa. Correspondendo às estratégias do Plano de Governo, tinha o propósito de “viabilizar a regionalização da ação governamental, procurando aproximar o usuário da oferta de serviços públicos em todos os níveis” (IPARDES, 1976. p. 6).

Contudo, a Lei 6636/74 permitia às Secretarias de Estado, iniciativas próprias de divisão regional, fazendo com que os órgãos administrativos do Estado dividissem o espaço de forma subjetiva e de acordo com suas necessidades específicas. Nesse sentido, existem seis Secretarias de Estado fazendo o uso diferenciado da regionalização, sendo um total de 20 (vinte) núcleos regionais para a Agricultura e Abastecimento, 06 (seis) para a o Desenvolvimento Urbano, 32 (trinta e dois) para a Educação, 08(oito) para o Meio Ambiente, 14 (catorze) para Obras Públicas e 18 (dezoito) para o Emprego, Trabalho e Ação Social.

3.2.2. Regionalização Administrativa de 1976

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), através de convênio com a Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná (SEPL) e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), elaborou em 1976 o projeto “Regionalização Administrativa” em modernização administrativa no Estado do Paraná – e a estratégia espacial contida no Plano “Objetivo e Metas de Desenvolvimento 1975-1978”.

Apresentado em 1977, consta de dois blocos principais: o primeiro trata da “concepção e formulação da proposta institucional” e seu produto principal constituiu-se de uma proposta de divisão territorial composta de 5 regiões e 9 sub-regiões. Estas regiões foram delimitadas a partir da aplicação de três modelos analíticos: relação tamanho/hierarquia, modelo de potencial e modelo de fluxos.

O segundo bloco refere-se a “formalização da proposta de implantação institucional” compreendendo duas etapas:

- oficialização da regionalização e
- ajustamento de cada Secretaria em função da regionalização oficializada.

3.2.3 Projeto de Regionalização Administrativa do Estado do Paraná – 1985

Evidenciado no Governo Álvaro Dias, com o aporte da Lei 8845/87, tinha a necessidade de superar históricas distorções estruturais do aparelho estatal que, partindo

de uma análise das questões regionais do Paraná, que indicou existir importantes diferenciações no espaço físico-territorial face a natureza do processo histórico de ocupação, do perfil produtivo em desenvolvimento, ou mesmo das características dos recursos naturais existentes, demonstrando, por conseguinte, que se o governo do Estado pretende desenvolver uma ação que se aproxime destas realidades regionais, deve regular em suas programações maior ou menor concentração de esforços para a especificidade de cada uma delas. (PARANÁ. Secretaria de Planejamento, 1997, p.4)

O Projeto de Regionalização Administrativa foi desenvolvido cumprindo o estabelecido no Decreto nº 4.665 de 28.12.84 que instituiu no âmbito da Secretaria do Estado do Planejamento – SEPL, o Grupo de Trabalho subsidiado por Comissão Intersecretarial, responsável por sua elaboração e na lei nº 6.635/74, Art. 82 a 85.

O projeto foi desenvolvido em dois momentos: o primeiro fraciona o território estadual em regiões administrativas de forma que se institucionalizem espaços operacionais comuns aos interesses setoriais da administração pública do Estado. O segundo se refere a organização administrativa da atuação regional.

Realizado em três etapas, num primeiro momento são apresentados estudos pela equipe da Secretaria de Planejamento resultando na definição de uma primeira proposta de divisão territorial. A segunda etapa foi composta de reuniões com os órgãos estaduais com o objetivo de discutir os estudos iniciais à nível de particularidades. A terceira etapa correspondeu à elaboração do documento final que reuniu as duas primeiras, selecionando informações e adequando o projeto a uma realidade que apresentasse o máximo de informações e coerência entre os aspectos teóricos/conceituais e necessidades individuais de órgãos particulares.

A proposta de divisão territorial, baseou-se em quatro informações principais:

- na importância dos centros regionais de acordo com a política administrativa definida pelos diversos órgãos estaduais - Estrutura Espacial dos Órgãos Estaduais;

- na funcionalidade sobre o espaço - Região de Influência das Cidades – IBGE;
- na acessibilidade viária - Sistema Rodoviário do Estado – DER;
- na tendência associativa dos municípios - Regionalização da Associação dos Municípios do Paraná.

3.2.4 Definições de Critérios para a Determinação de Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões – 1991

O projeto foi desenvolvido para atender o art.21 da Constituição Estadual que estabeleceu que “o Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional”. (PARANÁ. Leis, decretos, 1999, p.14)

Neste projeto foi elaborado um estudo dos padrões atuais de polarização do Estado, através da análise de agrupamentos de funções urbanas e do modelo de fluxo. Utilizando como subsídios as informações das “Regiões de Planejamento” – SEPL e das “Microrregiões Geográficas” – IBGE, foram delimitadas as microrregiões e identificadas as aglomerações urbanas estaduais.

3.2.5 Regiões de Planejamento para a Elaboração do Plano Plurianual e Orçamentos do Paraná – SEPL – 1996/1999

Consubstanciado com o propósito de nortear os Órgãos do Governo do Estado no planejamento e na administração de suas ações, principalmente no que se refere à regionalização orçamentária.

O plano Plurianual 1992/1995 instituiu quatro (4) áreas para a regionalização do Orçamento, evoluindo, a nova regionalização, para uma proposta que divide territorialmente o Estado em seis (6) regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões” elaborado pela SEPL em 1991, e tendo também como referências:

(1) Microrregiões Geográficas do IBGE; (2) Regionalização Administrativa do Estado SEPL (3) regionalizações setoriais.

A referida regionalização foi feita em função da polarização e considerando os pólos do Anel de Integração – proposta do Governo Estadual 1995/1998, a saber:: Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, Cascavel, Maringá e Londrina.

Para a nova regionalização, apoiaram-se no estudo “Definições de Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões”, elaborado pela Coordenadoria de Estudos e Projetos da Secretaria Estadual de Planejamento.

5 CONCLUSÃO

Embora a realidade dos países que adotaram políticas regionais seja distinta, alguns aspectos evidenciados no mundo podem subsidiar planos para o Brasil e mais especificamente para o Estado.

Deve-se formular as políticas de desenvolvimento regional, tendo como base um projeto de desenvolvimento nacional, reforçando a necessidade de interação e coesão entre o plano estadual e o nacional, bem como, elas devem ser delineadas para a solução dos problemas estruturais e não conjunturais.

Todos os agentes envolvidos devem ter ciência dos objetivos, das limitações e dos instrumentos, da política como um todo, sendo relevante contar com instituições locais e regionais de desenvolvimento, para que o espaço não venha a ser fragmentado na tentativa de atender "modelos de desenvolvimento", não afetos à realidade local.

Na articulação das políticas de desenvolvimento regional devem ser consideradas as redes de cidades, a estrutura urbana e não apenas o espaço regional. A homogeneidade do poder aquisitivo é outro importante aspecto a ser pensado e buscado, bem como a integração dos mercados periféricos aos núcleos industriais, por meio de infra-estrutura. O avanço tecnológico muitas vezes determina o desenvolvimento regional e, por essa razão, infere na determinação destas políticas.

As experiências em desenvolvimento regional, embora tenham acontecido de forma diferenciada entre os países, não deixam de explicitar a preocupação com as desigualdades regionais e a tentativa de diminuir essas disparidades, evidenciado pelos Planos de Regionalização, enfocados pela literatura.

Os esforços dispendidos pelo Paraná não foram diferentes, embora o foco tenha sido difuso, apresentaram como objetivo comum diminuir essas desigualdades regionais.

As análises até aqui evidenciadas apontam para a necessidade de aprofundar a realidade em experiências de regionalização da esfera do Governo de Estado, mais especificamente, das políticas e planos que não apenas de competência das Secretarias de Estado, como das políticas voltadas ao desenvolvimento das regiões., onde as alternativas inovadoras na relação Estado e

Sociedade apontam para o processo de descentralização político administrativa, concentrando responsabilidades nos segmentos estratégicos nacionais e na regulação do espaço com conseqüente redução do peso da União sobre o Estado. Devem portanto, crescer a importância das administrações estaduais e, principalmente, municipais e locais para o desenvolvimento de regiões e sub-regiões brasileiras, cabendo à União, um papel subsidiário de suporte e regulação das regras dos investimentos nas externalidades básicas e na área social.

Como a preocupação com medidas e políticas públicas de regionalização vem sendo manifestada em muitos países nos últimos anos, evidencia-se a necessidade de um estudo aprofundado, afeto à temática, para que se possa conhecer melhor a Política Regional do Paraná, principalmente em relação ao que vem sendo enfatizado no âmbito das Secretarias de Estado, e como estas ações se coadunam às Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. 5.ed. São Paulo, Atlas, 1987. 120p.

ANDRADE, Marcelo Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, s.d.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. **Planejamento regional e relações intergovernamentais no Brasil**: os desafios do presente. São Paulo, FUNDAP/IESP, 1995. 25p.

BARBOSA, Ignez Costa. Esboço de uma nova divisão regional do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, s.n.t., v.29, n.3, p.83-102, jul./set. 1967.

BARQUERO, Antonio V. **Desenvolvimento endógeno em tempo de globalização**. Porto Alegre, FEE, 2000.

BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (Org.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. 395p.

BOUDEVILLE, Jacques R. **Os espaços econômicos**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973.

BOISIER, Sergio. Crisis y alternativas en los procesos de regionalización. **Revista de la CEPAL**, Santiago: CEPAL, n.52, p.179-190, abr. 1994.

BRANDÃO, Carlos Antonio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.107, p.57-76, jul./dez. 2004.

BUARQUE, Sergio C. Metodologia do planejamento do desenvolvimento sustentável para elaboração de estratégias de desenvolvimento regional (espaços sócios-ambientais). In: INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. **Fortalecimento institucional, descentralização e microrregionalização**. Santiago, IICA, 1996. 222p.

CAMPOS, Fábio Antonio de; COSTA, Eduardo José Monteiro de. A internacionalização do espaço regional sob a visão de Celso Furtado. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DA ANPEC, 11, 19-21 jul. 2006, Fortaleza. **Relato técnico**. Fortaleza, 2006. 14p.

CANUTO, Otaviano. A nova dinâmica regional brasileira e uma agenda de pesquisas para o Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.94, p.9-28, maio/dez. 1998.

CÁRIO, Sílvio A.F.; PERINS, Laércio B; BROLLO, Milton (Org.) **Economia Paranaense**: estudo de setores selecionados. Florianópolis: UFESC, 2002.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. A preocupação do Paraná com a definição de uma política de desenvolvimento urbano e regional. **Revista Brasileira de Planejamento**, s.n.t., n.2, p.35-46, ago.1976.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2000. 260p.

CONSÓRCIO BRASILIANA. **Delimitação geográfica dos eixos**: relatório preliminar. Brasília: Consórcio Brasiliana: BNDES, 1998. 159p. Estudo Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

CUNHA, Alexandre Mendes et.al. **Regionalização e história**: uma contribuição ao debate teórico metodológico. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2005. 24p. (Texto para discussão, 260).

DINIZ, Clélio Campolina. **A questão regional e as políticas governamentais no Brasil**. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 2001. 19 p. (Texto para discussão, 159). Disponível também no site www.cedeplar.ufmg.br/

DOWBOR, Ladislaw. Governabilidade e descentralização. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.87, p. 65-84, set./dez. 1994.

FAISSOL, Speridião (Org.). **Urbanização e regionalização**: relações com o desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: IBGE, 1975. 247p.

FELICISSIMO, José Roberto. Descentralização e regionalização político-administrativo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.5, n.4, p.60-72, out./dez. 1991.

GOMES, Gustavo Maia. **Políticas de desenvolvimento regional no mundo contemporâneo**(algumas de suas implicações para o Brasil). Rio de Janeiro, CNI, 1993. 68p.

GODOY, Amália Maria Goldberg; LUGNANI, Antonio Carlos (Org.). **Dimensões regionais do desenvolvimento brasileiro**. Maringá: UEM/PME, 2003. 317p.

GUSSO, Divonzir Arthur. Perspectivas do desenvolvimento regional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.87, p.7-29, jan./abr. 1996.

HADDAD, Paulo Roberto (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1989. 694p

HILHORST, José G. M. **Planejamento regional: enfoque sobre sistemas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 189p

IPARDES. **Elementos para uma política de desenvolvimento urbano para o Paraná**. Curitiba, 1987. 111p.

IPARDES. **Leituras regionais: mesorregiões geográficas paranaenses: sumário executivo**. Curitiba, 2004. 32p. 1 CD-ROM. CD-ROM contendo texto integral dos 10 diagnósticos correspondentes as mesorregiões geográficas do Paraná.

IPARDES. **Paraná diagnóstico social e econômico: sumário executivo**. Curitiba, 2003. 29p.

IPARDES. **Projeto de regionalização administrativa**. Curitiba, 1976. 2v. Conteúdo: Inclui mapas. Convênio SEPL, SUDESUL, IPARDES.

JACCOUD, Luciane. **Experiências internacionais em política regional: o caso da França**. Brasília, IPEA, 2001. 13p. (Texto para discussão, 815).

KON, Anita (Org.). **Unidade e fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002. 312p.

LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Coord.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. 311p.

LIMA, Jandir Ferreira de. A concepção do espaço econômico polarizado. **Interações: revista internacional de desenvolvimento local**. s.l., v. 4, n.7, p. 7-14, set. 2003.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. Características do desenvolvimento regional no Paraná na atualidade. **Produtividade Sistêmica**, Curitiba: IBQP-PR, v.3, n.10, p.13-17, out./dez. 2003.

LOPES, A. Simões. **Desenvolvimento regional: problemática, teoria, modelos**. 5.ed. Lisboa, Fundação Calouste Guelbenkian. 2001. 402p.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba: Ed. do Autor, 2003. 174p.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **A economia paranaense nos anos 90**: um modelo de interpretação. Curitiba: Ed. do Autor, 2000. 99p.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. O Paraná e o redesenho das economias regionais. **Revista da FAE**, Curitiba: FAE, v.4, n.2, p.1-12, maio/ago. 2001.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. O resgate da questão regional. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.21, n.9-10, p.4-8, set/out. 1999.

MACEDO, Mariano de Matos; VIEIRA, Viviane Fiedler; MEINERS, Wilhelm Eduard Milward de Azevedo. Fases do desenvolvimento regional no Brasil e no Paraná : da emergência de um novo modelo de desenvolvimento na economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.103, p.5-22, jul./dez. 2002.

MAGALHÃES, Marion B. **Paraná**: política e governo. Curitiba: SEED/PQE; UFPr, 2001. 122p. (Coleção História do Paraná: textos introdutórios)

MAGALHÃES FILHO, Francisco de B.B. O Paraná em revista. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.82, p. 5-16, maio/ago. 1994.

MENDES, César Miranda. Algumas considerações sobre a regionalização do território paranaense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11, 1992, Maringá. **Anais**. Maringá: UEM, 1992. v.1, p.22-41.

MOLINA, Ivan. Nueva regionalizacion mundial, desarrollo local y gobernabilidad. **Comercio Exterior**, México: BANCAMEX, v.47, n.11, p.929-942, nov. 1997.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; AMADO, Adriana M. Globalização e blocos regionais : considerações teóricas e conclusões de política econômica. **Estudos Econômicos**, São Paulo: USP/IPE, v.31, n.1, p.127-166, jan./mar. 2001.

MORETTO, Antonio C.; GUILHOTO, Joaquim J.M. Relações intersetoriais e interregionais nas regiões pólo paranaenses em 1995. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.101, p.71-92, jul./dez. 2001.

MOURA, Rosa; KOINKE, Maria de Lourdes Urban. Especialidades de concentração na rede urbana da região sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.95, p.3-25, jan./abr. 1999.

MUNIZ FILHO, César. Divisão regional do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.87, p.149-173, jan./abr. 1996.

OLIVEIRA, Ricardo C. de (Org.) **A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1980**. Curitiba: SETI, 2004. 419 p.

PAIVA, Carlos A. **Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região?** Porto Alegre, FEE, 2004. 159p.

PARANÁ. Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado. **Análise da economia paranaense**. s.l: PLADEP, 1961. 163p. (Estudo, 40).

PARANÁ. Leis, decretos, etc. **Constituição do Estado do Paraná**. Curitiba, 1989. cap. 3, p.14

PARANÁ. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano. **Política de desenvolvimento urbano e regional para o Estado do Paraná - PDU**. Curitiba: SEDU, 2003. 124p.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral. Coordenadoria de Estudos e Projetos. **Definições de critérios para a determinação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões**. Curitiba: SEPL, 1991. 53p.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Estudo sobre a regionalização administrativa do Estado do Paraná**. Curitiba: SEPL, 1997. p. irr.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. Coordenadoria de Planejamento Regional. **Projeto de regionalização administrativa do Estado do Paraná : versão preliminar**. Curitiba: SEPL, 1985. 150p.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento. **Regionalização: o momento**. Curitiba: SEPL, s.d. 12p.

PASSOS, Carlos Arthur. Os modelos nacionais e os desequilíbrios regionais. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.21, p.7-29, nov./dez. 1970.

PERIS, Alfredo Fonseca. **Trilhas, rodovias e eixos: um estudo sobre desenvolvimento regional**. Cascavel: Edunioeste, 2002. 174p. (Coleção Thesis).

QUANDT, Carlos Olavo. Inovação, competitividade e desenvolvimento regional: os desafios da reestruturação produtiva do Estado. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.91, p.9-32, maio/ago. 1997

RICHARDSON, Marry W. **Economia regional, teoria da localização**: estrutura urbana e crescimento regional – a estrutura regional. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

SCHWARTZMAN, J. org. **Economia regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar, 1977.

SCATOLIN, Fabio Doria et al. Arranjos produtivos e desenvolvimento regional: o caso do Parana. In: TIRONI, Luis Fernando (Coord.). **Industrialização descentralizada**: sistemas industriais locais. Brasília: IPEA, 2001. p.53-118.

SILVA, Marcelo Antonio Percicotti da. A economia paranaense e o desenvolvimento local. **Produtividade Sistêmica**, Curitiba: IBQP-PR, v.3, n.10, p.2-12, out./dez.2003.

SILVA, Pedro Luiz Barros. Centralização, descentralização e desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.84, p.35-40, jan./abr. 1995.

SILVA, Sonia Maria Marques da. **Regionalização do Paraná** : síntese histórica do processo de regionalização no Paraná. Curitiba: IPARDES: ILPES, 1995. 27p.

SOUZA, N. J.: Teoria dos pólos, crescimento endógeno, meios inovadores, regiões inteligentes e sistemas regionais... **Análise**, Porto Alegre, 16(1): 87-112, jul. 2005.

TORRES, Divonir Ribas Teixeira. Uma estratégia de desenvolvimento espacial para o Paraná. **Revista IPARDES**, Curitiba: IPARDES, v.1, n.2, p.13-16, jun. 1979.

URBAN, Maria Lucia de Paula. Dilemas da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.84, p.13-17, jan./abr. 1995.

VAINER, Carlos B. A configuração de novos espaços regionais e a emergência de novos atores políticos. **Ensaio FEE**, Porto Alegre: FEE, v.16, n.2, p.456-471, 1995.

www.cedeplar.ufmg.br/

www.eclac.org/brasil/

www.ipea.gov.br

www.pr.gov.br